

**BOLETIM 218**

**Brasília, 29 de setembro de 2016**

## FETICEMA promove o XXI Encontro dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão – FETICEMA – realizou, com o apoio da CONTRICOM, nos últimos de 16 a 8 de setembro, em São Luís (capital), o XXI Encontro dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário.

O evento teve a participação de representantes de 20 sindicatos de todo Estado (três representantes por entidade) e contou com uma rica programação de palestras e debates.

A **Reforma Trabalhista** foi objeto da palestra da advogada Valuzia Santos; a dirigente sindical Júlia Nogueira abordou o tema **Cenário Atual do Movimento Sindical**; Neuriberg Dias, do DIAP, falou sobre **Conciliação no Movimento Sindical**, em lugar do presidente da CNTI e da NCST, José Calixto Ramos, que não pode comparecer; o técnico do INSS, José Marques Júnior, tratou do tema **Reforma e Benefícios da Previdência**.

Além disso, os representantes das Centrais Sindicais realizaram um painel de debate com o



**Francisco, presidente da FETCEMA, faz a abertura do encontro**



**Mazinho, presidente da CONTRICOM, na mesa de abertura do evento**



**Foi intensa a participação dos representantes dos sindicatos filiados à FETICEMA**

tema: **Para onde caminha o Movimento Sindical Brasileiro**; Cláudio Calzarara de Araújo, diretor da Treviso Engenharia, ministrou palestra sobre o

**Atual Cenário da Construção Civil no Brasil;** e os sindicalistas Jorge e Irineu Mendes, vice-presidente e secretário da FETICEMA, fizeram uma apresentação sobre as **Orientações sobre Negociação Coletiva.**

Já o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que acompanhou todo evento, falou sobre o **Atual Conjuntura Econômica e Política Brasileira.** Mazinho discorreu sobre o impeachment da presidente Dilma, quando afirmou que “não se pode caracterizar o processo como um golpe” e atribuiu o seu afastamento definitivo “não apenas aos crimes imputados e julgados pelos senadores, mas principalmente pela forma com que governou, de forma arrogante e com desprezo, inclusive na relação com os representantes do Parlamento.

Dessa forma – sentenciou – questionamentos o posicionamento do PT e da CUT de que teria havido um golpe. Hoje fica cada vez mais claro que não foi isso que aconteceu, pois todo o processo legal foi respeitado, com amplo direito de defesa”, disse, lembrando que “conheço bem a história desses segmentos e pouco a pouco a verdade está aparecendo”.

Mazinho também analisou a crise ética, econômica e política que levou ao isolamento da presidente Dilma e afirmou que “o atual governo não pode seguir pelo mesmo caminho, sendo urgente encontrar os caminhos para retomar o crescimento da economia e a geração dos empregos que foram perdidos”. Nesse ponto, o dirigente sindical fez uma avaliação da atual situação da indústria da construção e reafirmou “a urgência de novos investimentos no setor, pois é um segmento que gera impacto em toda uma cadeia produtiva e tem capacidade de responder rapidamente à crise”.



**Mazinho e Francisco ladeados por dirigentes da FETICEMA que organizaram o encontro**



**Francisco entrega certificado a um dos participantes do evento**

Já o presidente da FETICEMA, Francisco Chagas Viana, que também é 2º vice-presidente da CONTRICOM, discorreu sobre o processo



**Mazinho também participou da entrega de certificados do encontro da FETICEMA**

eleitoral recente vivido pela entidade, afirmando que “saímos mais unidos e fortalecidos para enfrentar os desafios maiores de lutar pelos interesses de nossa categoria em todo Estado”.

Francisco ressaltou a importância das atividades desenvolvidas durante o encontro: “gostaria de agradecer a cada um dos participantes, dos palestrantes e de todos os presentes, pois sairemos daqui com mais clareza e informações para desempenhar nossas atividades sindicais”.

O dirigente destacou que “o objetivo principal deste evento é despertar através das palestras e debates a atenção dos companheiros e companheiras sobre as alterações vigentes no mundo sindical, para evitar surpresas desagradáveis que podem comprometer de fato, a atuação dos sindicatos na luta pelos direitos dos trabalhadores, e mais, que todos os dirigentes

conheçam as alterações para que todos possam se preparar para resistir a alguns projetos que tem o objetivo exclusivo de inviabilizar o movimento sindical no país”.

“Agora, é multiplicar esse debate em todas as nossas bases”, finalizou.

O encontro contou, também, com apresentações culturais e a entrega de um certificado a cada um dos participantes.

*Fonte: FETICEMA e Comunicação CONTRICOM*

## **Pochmann associa terceirização ao processo de uberização do trabalho'**

A universalização da terceirização, seja a aprovada pelos deputados e em tramitação no Senado, seja a da proposta em análise no Supremo Tribunal Federal, é a Uberização da força de trabalho, chama a atenção Marcio Pochmann, presidente licenciado da Fundação Perseu Abramo e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Faz parte do projeto da nova elite agroexportadora, que mantém a desigualdade, em contraposição às propostas fragmentadas da parcela da sociedade que gravita em torno dos serviços e está nas ruas, explica o economista da Unicamp na entrevista a seguir.

### **Como a terceirização cresceu?**

No fim dos anos 1980, início dos 1990, da recessão do governo Collor e da abertura comercial, expuseram o parque produtivo brasileiro à competição internacional sem condições adequadas. Isso culminou em uma



reação dos empresários para reduzir custos. A terceirização permitia às empresas concentrar-se nas atividades finalísticas e repassar as atividades-meio, fugindo do modelo fordista em que a empresa fazia tudo. Esse era o discurso que veio de fora.

### **A terceirização, segundo as empresas, aumenta a produtividade.**

A terceirização aumentou muito com a desregulamentação dos anos 1990, do governo Fernando Henrique basicamente como mecanismo de redução de custos e precarização do trabalho. Nesse período, o País não teve ganhos de produtividade. A partir do ano 2000, com o ambiente econômico mais favorável, houve uma ampliação do setor produtivo, com empregos não terceirizados entramos em um ambiente de quase pleno emprego nos melhores momentos.

### **A recessão estimula a terceirização.**

Ela voltou a ganhar espaço no ambiente recessivo, de forte pressão sobre os custos das empresas. O projeto aprovado na Câmara e agora à disposição dos senadores é o inverso do defendido por juristas, especialistas, trabalhadores e sindicatos, de regular a atividade terceirizada de modo a comprometê-la com o ganho da produtividade em vez da redução de custos. A legislação em tramitação não é para os terceirizados, é para universalizar os não terceirizados.

### **Como vê essa perspectiva?**

Associo a universalização da terceirização ao processo de uberização da força de trabalho no Brasil. A ideia do serviço de táxi desregulamentado do Uber é inviabilizar impostos



e tributos. O governo está preocupado com fundos públicos para financiar a Previdência, mas a terceirização certamente vai implicar menos arrecadação para o Estado. É coerente com a proposta de relação direta entre patrão e empregado. Descarta-se o sindicato, não há regulação. É uma volta ao século 19.

### **Quais seriam as perspectivas?**

Vivemos uma fase de reavaliação do projeto de redemocratização do Brasil dos anos 1980. Acreditávamos que a democracia poderia ser uma possibilidade de mudança, mas ela não permite isso, toda conquista vai por água abaixo. De 1981 a 2016 a economia brasileira cresceu 2% ao ano em média. Isso dá 0,6% per capita. Estamos num ciclo de decadência da industrialização, que começou nos anos 1980. Hoje a indústria representa 7% do PIB. É uma fase longa de decadência econômica, mas também política, dos valores culturais, dos relacionamentos, das instituições, algo muito maior. Olhamos o curto prazo, o cotidiano, mas há um movimento maior nisso.

*Fonte: Rede Brasil Atual*



## Temer avalia desvincular benefícios do salário mínimo

Nesta quarta (28), o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que Temer vai passar "um pente-fino" na proposta de reforma da Previdência antes de enviá-la ao Congresso. Segundo ele, o governo estuda desvincular benefícios como o de Prestação Continuada (BPC) e pensão por morte da correção do salário mínimo.

A aposentadoria em si não deve ser desvinculada do salário mínimo, uma vez que o governo avaliou que uma alteração nessa regra poderia levar a questionamentos na Justiça. Mas questionado sobre a desvinculação de benefícios, Padilha declarou: "isso continua sendo estudado".

Diversos analistas têm apontado o retrocesso de tal desvinculação. Defendem que a mudança causará distorções, fazendo com que famílias percam poder aquisitivo e recebam valores inferiores ao mínimo. Entre os prejudicados caso Temer decida levar adiante essa proposta, estarão velhinhos e pessoas portadoras de deficiência.

Hoje, 4,2 milhões de famílias recebem o Benefício de Prestação Continuada. A assistência garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência de longo prazo e cuja renda familiar seja inferior a 1/4 de salário mínimo.

Questionado sobre a data que a reforma será enviada ao Congresso, Padilha disse que essa é uma "questão que o presidente vai definir". Mas o governo já desistiu de enviar a proposta ainda

esta semana. "Tem alguns passos que ele diz que devem ser dados, mas devemos concluir no grupo de trabalho possivelmente nessa semana", afirmou, citando que Temer pretende se reunir com representantes de centrais sindicais.

Questionado se os militares também serão incluídos na reforma, o ministro não deixou claro e argumentou que eles possuem um regime próprio de previdência previsto na Constituição. Ele não considera uma injustiça haver um regime diferente para militares.

"Eu não digo que seja uma injustiça, acho que nós temos que fazer com que caminhe para as regras gerais em que pese mantenha os militares com as condições de militar. O militar é completamente diferente, ele fica na ativa e depois vai pra reserva e continua à disposição do Estado. Quer dizer, não é a mesma coisa. É diferente", opinou.

O próprio ministro chegou a anunciar que os militares não seriam atingidos pelas mudanças na previdência. O assunto, no entanto, continua sendo debatido no Planalto.

*Fonte: Portal Vermelho*

## Desemprego cai para 17,2% em agosto em SP

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo apresentou leve queda ao passar de 17,4%, em julho, para 17,2% em agosto, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, feita todos os meses pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgada nesta quarta-feira (28) na capital paulista.



### **Construção civil continua sendo um setores mais afetados pela crise econômica**

Segundo os dados, o contingente de desempregados foi calculado em 1,914 milhão de pessoas, 39 mil a menos do que no mês anterior. Esse número é decorrente da queda da População Economicamente Ativa (PEA), com a saída de 101 mil pessoas do mercado de trabalho (-0,9%), e da redução do nível de ocupação com a eliminação de 62 mil postos de trabalho (-0,7%).

Os dados mostram também que - em julho - o nível de ocupação caiu 0,7% e o total de ocupados foi estimado em 9,212 milhões de pessoas. O resultado ocorreu em função da queda de empregados na indústria de transformação (-5,2%), equivalente a 74 mil postos de trabalho a menos; e na construção (-0,7%), com menos 4 mil postos de trabalho.

**Mais dados** - No sentido contrário, houve acréscimo no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,1%), com a geração de 17 mil postos de trabalho, e em serviços (0,2%), com mais 9 mil empregos. A pesquisa mostrou ainda que o número de assalariados caiu 1,7%.

Quando analisados os últimos 12 meses, a taxa de desemprego na região metropolitana em agosto deste ano (17,2%) foi maior do que a de agosto do ano passado (13,9%).

O contingente de desempregados aumentou em 377 mil pessoas, em razão da eliminação de 305 mil postos de trabalho (-3,2%) e do aumento da força de trabalho da região, com a entrada de 72 mil pessoas no mercado de trabalho (0,7%).

*Fonte: Agência Brasil*

## **Projeto em análise no Senado garante emprego de trabalhador que se aposenta**

Mesmo após obter a aposentadoria, o trabalhador poderá manter o contrato de trabalho se optar por permanecer na empresa em que está empregado. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 137/2015, que aguarda análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

O pedido de aposentadoria é geralmente compreendido como uma opção do empregado pela inatividade. Logo, ao requerer o benefício, ele estaria automaticamente pedindo demissão. O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para deixar expresso que a concessão da aposentadoria a pedido não extingue o vínculo empregatício. Ou seja: o trabalhador terá os direitos preservados se optar por seguir na relação de emprego mesmo depois de se aposentar.



A proposta, de autoria do então deputado Alceu Collares (PDT-RS), insere na lei uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2007, a Corte declarou inconstitucional regra da CLT em sentido contrário ao disposto no projeto.

**Perda de direitos** - Antes da decisão do STF, o empregado que se aposentava por iniciativa própria perdia os direitos rescisórios, como a multa de 40% sobre os saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), porque se considerava que a aposentadoria, nesse caso, extinguiu seu contrato de trabalho. Caso ele continuasse trabalhando na mesma empresa, iniciava-se nova contagem de tempo a partir de então.

Nos termos da decisão do Supremo, a aposentadoria voluntária não terá efeito sobre o contrato de trabalho. Dessa forma, se o aposentado optar por seguir na relação de emprego, seus direitos estarão preservados.

A proposta aguarda relatório do senador Benedito de Lira (PP-AL).

*Fonte: Agência Senado*

## **Ação trabalhista sem conflitos de interesses deve ser extinta**

Ação trabalhista deve ser extinta quando não há conflito de interesses. Assim entendeu o juiz Matheus Martins de Mattos, da 3ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano (MG), ao ficar responsável por ação trabalhista pela qual a

empresa e o ex-empregado fizeram um acordo e pretendiam apenas a homologação judicial.

O acordo firmado entre as partes era relativo aos direitos decorrentes do contrato de trabalho e à forma de sua extinção. Mas, ao perceber que não havia conflito de interesses, o magistrado julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, I do Código de Processo Civil: "Inexistindo o conflito e sendo desnecessário aos interessados o provimento jurisdicional buscado, reportando-me aos artigos 17 e 330, IV, do CPC/2015, indefiro a petição inicial, e julgo extinto o processo sem resolução do mérito nos termos do art. 485, I do CPC."

Na sentença, o julgador ressaltou que, de acordo com o artigo 17 do CPC/2015, "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Lembrou ainda que, conforme art. 330, inciso III do Código de Processo Civil, a petição inicial deve ser indeferida quando não houver interesse processual, sendo exatamente esse o caso, já que não há conflito de interesses ou, como se diz no mundo jurídico, não há "pretensão resistida". Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-3. Processo 0011344-37.2016.5.03.0089

*Fonte: Consultor Jurídico*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**